



**Departamento Nacional de Produção Mineral**

## **Auditoria Interna**



**Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna**

**PAINT/2015**

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	3
2. DNPM e a Administração .....	3
2.1. Administração do DNPM .....	3
2.2. Missão e Visão.....	4
3. Auditoria Interna.....	4
3.1. Competências Regimentais.....	4
3.2. Missão e Visão .....	5
3.3. Estrutura Organizacional e Equipe Técnica.....	5
4. Fatores Considerados na Elaboração do PAINT .....	6
5. Ações Previstas .....	8
5.1. Detalhamento das Ações.....	8
5.1.1. Projetos Vinculados à Missão da Autarquia - PVMA.....	8
5.1.2. Projetos Vinculados a Ações de Monitoramento- PVAM .....	11
5.1.3. Projetos Vinculados a Obrigações Legais e Regimentais - PVOLR.....	13
5.1.4. Projetos Vinculados à Gestão Administrativa da Autarquia - PVGA.....	17
6. Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitação para Fortalecimento das Atividades de Auditoria Interna.....	24
6.1. Detalhamento das Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitação .....	25
6.2. Detalhamento das Ações de Fortalecimento da Unidade da Auditoria Interna.....	27
7. Composição das Horas a Serem alocadas .....	27
8. Considerações Finais .....	29

## **1. Introdução**

A Unidade de Auditoria Interna do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em cumprimento às Instruções Normativas – IN/CGU-PR nº 7, de 29 de dezembro de 2006 (alterada pela IN/CGU-PR nº 9, de 14 de novembro de 2007) e IN/SFC nº 01, de 03 de janeiro de 2007, apresenta a versão preliminar do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna – PAINT, para o exercício de 2015.

O presente Plano ordena as atividades a serem desenvolvidas no citado exercício, estabelecendo prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

Procura-se a partir de atividades planejadas, a realização de exames que identifiquem se os processos e sistemas administrativos e operacionais, das áreas priorizadas, estão sendo conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia e dos demais princípios administrativos.

Pretende-se com a execução das ações, identificar se os controles internos são suficientes para garantir a confiabilidade e a efetividade dos procedimentos nas diversas áreas. Permitindo assim, a formulação de recomendações que indiquem a melhoria continua na gestão dos recursos públicos destinados para o desenvolvimento das atividades do Departamento Nacional de Produção Mineral.

O planejamento contempla, também, as ações de desenvolvimento institucional, e a perspectiva da participação do corpo técnico em eventos educacionais e de capacitação, que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas.

## **2. DNPM e a Administração**

### **2.1 Administração do DNPM**

O DNPM, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 8.876 de 2 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral, superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de

mineração em todo o Território Nacional, conforme dispõe o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967).

A estrutura regimental do DNPM, aprovada pelo Decreto nº 7.092, de 02 de fevereiro de 2010, é composta por um Diretor-Geral e cinco Diretores que analisam e decidem as matérias de competência da Autarquia, competências essas que são gerenciadas por repartições horizontalizadas, compostas pela Sede em Brasília-DF, 25 Unidades Regionais, denominadas Superintendências, 07 Escritórios, sediados em Rio Branco/AC, Governador Valadares/MG, Itaituba/PA, Criciúma/SC, Crato/CE; Patos de Minas/MG; Poços de Caldas/MG e 01 Museu de Ciência da Terra, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, que atuam de forma descentralizada.

## **2.2 Missão e Visão**

**Missão:** Gerir o patrimônio mineral brasileiro, de forma social, ambiental e economicamente sustentável, utilizando instrumentos de regulação em benefício da sociedade.

**Visão do Futuro:** Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência capaz de gerir o patrimônio mineral de forma sustentável no interesse da nação.

## **3. Auditoria Interna**

### **3.1 Competências Regimentais**

A Auditoria Interna do DNPM - AUDIN foi instituída pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000.

Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011. Também, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014.

Dentre suas competências destaca-se a verificação da conformidade com as normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de

recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Diretor-Geral, a verificação da adequação entre os meios empregados e os resultados alcançados e, especificamente:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia nos controles internos e externos, procurando garantir regularidade na realização da receita e da despesa;

II - examinar a legislação específica e as normas correlatas, orientando quanto a sua observância;

III - promover inspeções regulares nas áreas de atuação do DNPM para verificar a execução física e financeira dos projetos e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros;

IV - realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas, com o propósito de avaliar e certificar a exatidão e regularidade das contas e comprovar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos da autarquia;

V - executar auditorias extraordinárias, de cunho específico que, no interesse da Administração, venham a ser determinadas pelo Diretor-Geral; e

VI - gerir o modelo de controle interno no DNPM.

### **3.2 Missão e Visão**

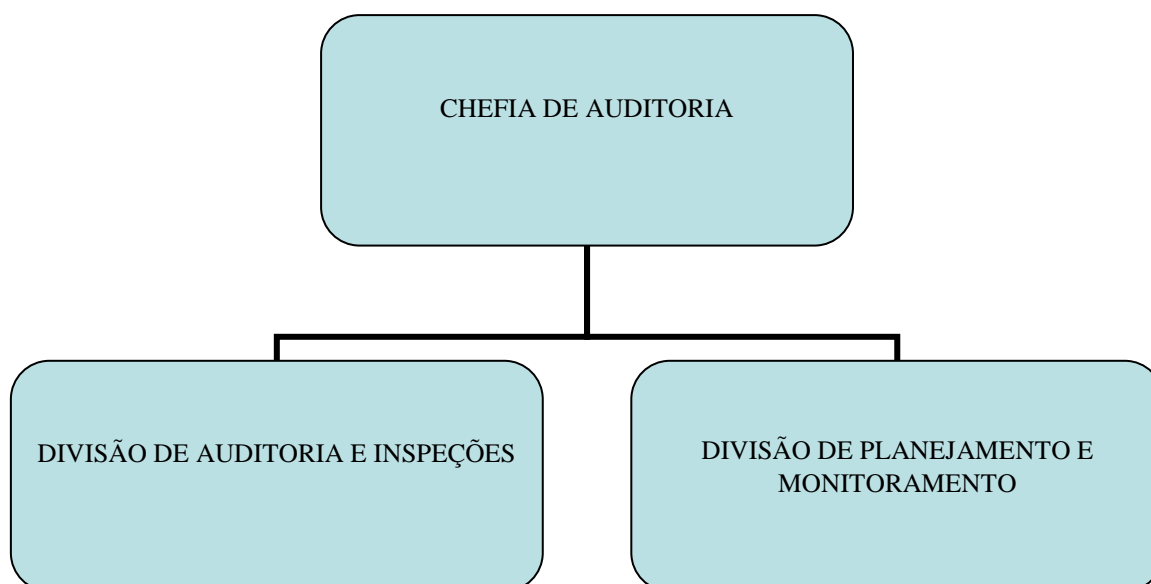
Missão: Propiciar a melhoria contínua dos processos de controle institucionais do DNPM, com vistas ao aumento dos ganhos de produtividade.

Visão: Ser referência na área de controle interno da Administração Indireta do Poder Executivo Federal.

Estes dois pressupostos são as bases a serem continuamente buscadas nas atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna do Departamento Nacional de Produção Mineral.

### **3.3 Estrutura Organizacional e Equipe Técnica**

A estrutura organizacional da Unidade de Auditoria Interna, é composta por 01(uma) Chefia de Auditoria e 2 (duas) Divisões, a Divisão de Auditoria e Inspeções e a Divisão de Planejamento e Monitoramento, conforme organograma a seguir:



A equipe técnica responsável pela execução do PAINTE/2015 é composta por 1(uma) Auditora Chefe, 2(dois) Chefes de Divisão 1 (um) Especialista em Mineração e 2(dois) Agentes Administrativos.

#### **4. Fatores Considerados na Elaboração do PAINTE**

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINTE) foi elaborado em conformidade com o previsto no art.2º da IN/CGU nº 07/2006, levando em consideração os seguintes pontos:

- a) Os planos, metas, objetivos e programas executados pela Autarquia;
- b) Legislação aplicável;
- c) Resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados; e
- d) As diligências oriundas da CGU e TCU.

Para hierarquização dos projetos de auditoria, foram avaliados os riscos das atividades a serem auditadas, a vulnerabilidade pertinente a cada uma delas e sua importância relativa (matriz de risco – Anexo II).

O processo foi dividido em etapas conforme a seguir:

- 1- Identificação das atividades exercidas pela Unidade e, portanto passíveis de serem auditadas;
- 2- Identificação do perfil das atividades e avaliação dos riscos correspondente a cada uma delas; e
- 3- Programa de auditoria baseado na avaliação dos riscos.

Os Fatores de Risco que compuseram a avaliação foram o risco operacional, o risco de recursos humanos, o risco de processo e o risco tecnológico. Os itens que integraram os Fatores de Risco para compor a avaliação foram materialidade, relevância e criticidade.

Com relação ao item materialidade foi considerada a importância relativa ou representativa do valor ou do volume envolvidos isoladamente e em determinado contexto. Ou seja, o comprometimento do orçamento, proporção desse orçamento envolvido na atividade, bem como a proporção da atividade examinada em relação ao total de todas as atividades.

Quanto ao item relevância, foram considerados os aspectos importantes, (mesmo que economicamente não significativos) para o atingimento dos objetivos da unidade. Assim sendo, a avaliação observou o descumprimento de normas que poderia acarretar a formação de contingências, o comprometimento da imagem da Unidade; situação que poderiam evidenciar uma má gestão e fatores internos e externos que poderiam comprometer o atingimento das metas da Autarquia.

No item relacionado à criticidade, foram avaliadas as vulnerabilidades identificadas nos controles internos que poderiam caracterizar-se um risco. Nesse sentido, observamos o interstício entre auditorias realizadas; deficiências conhecidas nos controles internos como atraso no fornecimento de informações, descumprimento de orçamentos e planos, alta rotatividade de pessoal; e por fim as normas internas da Unidade.

Na metodologia adotada foi atribuído pesos para cada variável, considerando suas sub variáveis, possibilitando assim, calcular a importância de cada processo.

Considerando o nível da capacidade da Auditoria Interna em termos de recursos humanos e materiais, foi estabelecido o critério a seguir, na definição das auditorias prioritárias:

- Acima de 65% dos pontos – auditar obrigatoriamente.
- Entre 31% e 65% dos pontos – auditar se possível.
- Abaixo de 30% dos pontos – não auditar.

## 5. Ações Previstas

Com base nos critérios elencados elegemos os projetos de auditoria para o exercício, considerando, para tal, o quantitativo de recursos humanos disponíveis:

- i. 02 (dois) projetos vinculados à missão institucional da Autarquia;
- ii. 03 (três) projetos vinculados às ações de monitoramento, e ainda o atendimento de demanda externa, proveniente da CGU e TCU.
- iii. 04 (quatro) projetos relativos às disposições contidas na legislação;
- iv. 07 (sete) projetos relativos à avaliação da Gestão Administrativa da Autarquia.

Os trabalhos a serem desenvolvidos objetivam quanto à conformidade, avaliar a legalidade e legitimidade da gestão em relação aos padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis. Objetiva ainda, nos casos aplicáveis, analisar a eficácia, eficiência efetividade e economicidade da gestão em relação aos padrões administrativos e gerenciais expressos em metas e resultados.

Para cada projeto de auditoria será feita a avaliação em caráter preliminar, da capacidade dos controles internos identificarem e corrigirem falhas e irregularidades.

### 5.1 Detalhamento das Ações

#### 5.1.1 Projetos Vinculados à Missão da Autarquia – PVMA

**NÚMERO:** PVMA/1 – Desenvolvimento da Mineração

**AValiação SUMÁRIA DO RISCO/RELEVÂNCIA:** O risco está relacionado à inobservância ou execução parcial das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). A relevância relaciona-se diretamente ao comprometimento da missão institucional da



Autarquia, que afeta o desenvolvimento do mercado mineral.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna - Matriz de Risco.

**OBJETIVO:** Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas no Plano Plurianual, visando comprovar a conformidade da sua execução.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Avaliar o planejamento e a execução das metas física e financeira da Ação Desenvolvimento Sustentável e da Ação Avaliação dos Distritos Mineiros sob a responsabilidade da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Minerário (DIPLAN). O período objeto de análise compreenderá janeiro de 2014 a abril de 2015. Na Avaliação deverá ser considerada a conformidade da designação dos coordenadores das ações, o cumprimento das metas físicas e financeiras para cada ação e a confiabilidade dos dados gerenciais.

**CRONOGRAMA:** 01/04 a 15/05 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília-DF

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Planejamento e execução orçamentária e financeira; SIAFI Operacional e Gerencial; Conhecimento do Plano Plurianual (PPA).

**NÚMERO:** PVMA/2 – Gestão de Títulos Minerários

**AValiação SUMÁRIA DO RISCO/RELEVÂNCIA:** O risco está relacionado à inobservância ou execução parcial das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). A relevância relaciona-se diretamente ao comprometimento da missão institucional da Autarquia, que afeta o desenvolvimento do mercado mineral.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna - Matriz de Risco.

**OBJETIVO:** Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas no Plano Plurianual, visando comprovar a conformidade da sua execução.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Avaliar o planejamento e a execução das metas física e financeira da Ação Gestão de Títulos Minerários, especificamente em relação aos Estudos de Áreas, sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários (DGTM). O período objeto de análise compreenderá janeiro de 2014 a julho de 2015. Na Avaliação deverá ser considerada a conformidade da designação dos coordenadores das ações, o cumprimento das metas físicas e financeiras da ação e a confiabilidade dos dados gerenciais.

**CRONOGRAMA:** 03/08 a 18/09

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília-DF

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Planejamento e execução orçamentária e financeira; SIAFI Operacional e Gerencial; Conhecimento do Plano Plurianual (PPA).

### 5.1.2 Projetos Vinculados a Ações de Monitoramento - PVAM

**NÚMERO:** PVAM /1 – Monitoramento das Recomendações (AUDIN)

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/RELEVÂNCIA:** O risco consiste na estagnação nos controle aprimoráveis em decorrência do não atendimento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna. Sua relevância está no fato de obter ganhos e eficiência nos processos internos operados pela Autarquia.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna - AUDIN

**OBJETIVO:** Monitorar o atendimento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna.

**RESULTADOS:** O resultado do monitoramento será apresentado em follow-up contendo as ações adotadas em atendimento as proposições emitidas.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Monitoramento do atendimento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna pelas diversas áreas da Autarquia. O universo será composto por 100% das recomendações, o período objeto de análise compreenderá todo o exercício de 2015. Deverão ser considerados os aspectos relacionados à qualidade e tempestividade no atendimento.

**CRONOGRAMA:** janeiro a dezembro de 2015

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília-DF

**RECURSOS HUMANOS:** 01 (um) Técnico Administrativo, 412 (quatrocentas e doze) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Excel, Word, Redação Oficial, conteúdo dos relatórios de auditoria gerados no exercício.

**NÚMERO:** PVAM/2 - Atendimento aos Órgãos de Controle (CGU)

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/RELEVÂNCIA:** Trata-se do cumprimento de obrigações legais, regimentais e orientações dos órgãos de controle interno e externo.

**ORIGEM DA DEMANDA:** CGU

**OBJETIVO:** Acompanhar e monitorar o atendimento, por parte de componentes organizacionais do DNPM, das recomendações e/ou solicitações formuladas pela CGU-PR.

**RESULTADOS:** O resultado do acompanhamento e monitoramento será apresentado em follow-up contendo as ações adotadas em atendimento as proposições e/ou solicitações formuladas.

**ESCOPO DE TRABALHO:** monitorar o atendimento de 100% das recomendações oriundas de auditorias e as remanescentes do Plano de Providência Permanente- PPP, no período de janeiro a dezembro de 2015. Monitorar o atendimento de 100% das solicitações de documentos e/ou informações formuladas pela CGU, no período de janeiro a dezembro de 2015. Fazer a interlocução, quando necessário, entre a Equipe de Auditoria (CGU) e as áreas técnicas do DNPM.

**CRONOGRAMA:** janeiro a dezembro de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília-DF

**RECURSOS HUMANOS:** 01 (um) Técnico Administrativo, 400 (quatrocentas) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Excel, Word, Redação Oficial, conhecimento do teor do Plano de providências Permanente (PPP) e estrutura funcional da Autarquia.

**NÚMERO:** PVAM/3 - Atendimento aos Órgãos de Controle (TCU)

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/RELEVÂNCIA:** Trata-se do cumprimento de obrigações legais, regimentais e orientações dos órgãos de controle interno e externo.

**ORIGEM DA DEMANDA:** TCU

**OBJETIVO DA AUDITORIA:** Acompanhar e monitorar o atendimento, por parte de componentes organizacionais do DNPM, das deliberações e/ou solicitações formuladas pelo TCU.

**RESULTADOS:** O resultado do acompanhamento e monitoramento será apresentado em follow-up contendo as ações adotadas em atendimento as deliberações e/ou solicitações formuladas.

**ESCOPO DE TRABALHO:** monitorar o atendimento de 100% das deliberações exaradas no período de janeiro a dezembro de 2015. Monitorar o atendimento de 100% das solicitações de documentos e/ou informações formuladas pelo TCU, no período de janeiro a dezembro de 2015. Fazer a interlocução, quando necessário, entre a Equipe de Auditoria e/ou Inspeções (TCU) e as áreas técnicas do DNPM.

**CRONOGRAMA:** janeiro a dezembro de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília-DF

**RECURSOS HUMANOS:** 01 (um) Técnico Administrativo, 400 (quatrocentas) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Excel, Word, Redação Oficial, teor dos acórdãos e estrutura funcional da Autarquia.

### 5.1.3 Projetos Vinculados a Obrigações Legais e Regimentais - PVOLR

**NÚMERO:** PVOLR/1 - Prestação de Contas/Parecer

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/RELEVÂNCIA:** Os riscos relacionam-se a inobservâncias aos dispositivos constantes dos normativos emanados pelos Órgãos de controle interno e externo, causando prejuízo informacional ao cidadão, seja por omissão ou distorção de informações. A relevância consiste no interesse, em propiciar maior transparência dos atos de gestão à Sociedade.

**ORIGEM DA DEMANDA:** TCU

**OBJETIVO:** Elaborar informações dos itens de competência da Auditoria, que compõem o Relatório de Gestão exercício 2014, bem como, emitir Parecer sobre a Prestação de Contas do DNPM, levando em consideração as disposições constantes dos Normativos do TCU e CGU.

**RESULTADOS:** O resultado será apresentado em itens do Relatório de Gestão e Parecer da Unidade de Auditoria Interna, acerca da prestação de Contas do DNPM, referente ao exercício 2014.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Elaboração das informações, referentes aos itens de competência da AUDIN que compõem o Relatório de Gestão; verificação das Contas do DNPM e do Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2014, emitindo Parecer de Auditoria, considerando: a capacidade dos controles internos administrativos da unidade, identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem risco; regularidade dos processos licitatórios; gerenciamento dos convênios, acordos e ajustes; cumprimento das recomendações da Auditoria Interna no âmbito da Unidade; e o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle interno e externo (CGU, TCU).

**CRONOGRAMA:** 01/02 a 31/03 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília

**RECURSOS HUMANOS:** 01 (um) auditor, 200 (duzentas) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Correspondência Oficial; conhecimento referente às gestões: orçamentária, financeira, patrimonial, aquisição de bens e serviço, pessoal; contabilidade pública e outros; legislação específica emanada pelo TCU e pela CGU, referente ao processo de prestação de contas anual.

**NÚMERO:** PVOLR/2 - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Trata-se do cumprimento de obrigações legais, regimentais e orientações dos órgãos de controle interno.

**ORIGEM DA DEMANDA:** CGU

**OBJETIVO:** Elaborar Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN do exercício de 2014.

**RESULTADOS:** O resultado será apresentado mediante Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna/RAINT, referente ao exercício 2014.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Elaborar Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, contemplando o relato das atividades de auditoria interna, em função das ações planejadas constantes do PAINT do exercício de 2014, bem como as ações críticas ou não planejadas, que exigiram atuação da Unidade de Auditoria Interna.

**CRONOGRAMA:** 01 a 31 de janeiro 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 01 (um) auditor, 200 (duzentas) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** legislação aplicável e orientações dos órgãos de controle interno (CGU), acerca da questão.

**NÚMERO:** PVOLR/3 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO / RELEVÂNCIA:** Trata-se do cumprimento de obrigações legais, regimentais e orientações dos órgãos de controle interno.

**ORIGEM DA DEMANDA:** CGU

**OBJETIVO:** Elaborar Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna- PAINT, para o exercício de 2016.

**RESULTADOS:** O resultado será apresentado mediante Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna/PAINT (preliminar e definitivo), contemplando as ações a serem realizadas no exercício 2015 e 2016.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Concluir o Plano Anual das Atividades, para o exercício de 2015, contemplando a programação dos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna, versão definitivas, aprovada pelo Diretor - Geral, após avaliação da adequabilidade pela CGU (janeiro de 2015).

Fazer os levantamentos preliminares; identificar o perfil das atividades e avaliação dos riscos correspondente a cada uma delas; e por fim, elaboração do Plano Anual de Atividades de

Auditoria, versão preliminar, para o exercício de 2016 (outubro de 2015).

**CRONOGRAMA:** 02 a 30 de janeiro e 01 a 31 de outubro de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 440 (quatrocentos e quarenta) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação aplicável, orientações dos órgãos de controle interno (CGU), noções de auditoria baseada na avaliação de risco e matriz de risco.

**NÚMERO:** PVOLR/4 - Assessorar a Diretoria – Geral.

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Trata-se de cumprimento das obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna - DIRE

**OBJETIVO:** Prestar assessoramento ao dirigente máximo da Unidade.

**RESULTADOS:** Os resultados serão apresentados mediante a emissão de notas técnica, informações e/ou despachos. A identificação de fragilidades será mitigada com recomendações de providências direcionada as Unidades Organizacionais responsáveis.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Prestar assessoramento para o dirigente máximo da Autarquia, quando solicitado.

**CRONOGRAMA:** 01 janeiro a 31 dezembro de 2015

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 01 (um) Auditor, 500 (quinhentas) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação aplicável, orientações dos órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU); conhecimento referente às gestões: orçamentária, financeira, patrimonial, aquisição de bens e serviço, pessoal; contabilidade pública e outros.



#### 5.1.4 Projetos Vinculados a Gestão Administrativa da Autarquia - PVGA

**NÚMERO:** PVGA/1 – Convênios/subvenções

**AValiação SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Os riscos estão relacionados ao descumprimento da legislação que normatiza a relação entre as instituições, ou seja, a utilização de recursos em desconformidade com os objetivos institucionais.

É relevante por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco

**OBJETIVO:** Avaliar a situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos e ajuste de instrumentos congêneres vigentes.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Verificar se foi apresentada prestação de contas (parcial/final); se as prestações de contas estão em conformidade com os normativos legais; se as despesas realizadas estão de acordo com o plano de trabalho utilizado para aprovação do termo, se foram observados as normas legais na aplicação dos recursos, verificar a idoneidade dos documentos fiscais que acompanham a prestação de contas. A análise será realizada na totalidade dos convênios vigentes e passíveis de apresentação de Prestação de contas (Sede e Superintendência/RS).

**CRONOGRAMA:** 02/02 a 31/03 de 2015

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** legislação que regulamenta a matéria, em especial a Instrução Normativa STN nº 01/1997, o Decreto nº 6.170, de 25.7.2007 e a Portaria Interministerial nº 507, de 28.11.2011 (em substituição à Portaria Interministerial nº 127, de 29.5.2008).

**NÚMERO:** PVGA/2 – Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)

**AValiação SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Os riscos estão relacionados ao descumprimento da legislação que normatiza os recursos destinados a suprimento de fundos e movimentados por meio do CPGF.

É relevante por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco.

**OBJETIVO:** Avaliar a conformidade do uso de cartão de pagamento do Governo Federal.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** avaliar conformidade do uso de CPGF com as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008, no período de janeiro a agosto de 2015, nas Unidades Administrativas (SP, MG, PA, GO, BA e SC).

**CRONOGRAMA:** 21/09 a 30/10 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação que regula a matéria (Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008).

**NÚMERO:** PVGA/3 – Processos Licitatórios

**AValiação SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Risco relativo à inobservância dos dispositivos da Lei nº 8.666/93, em especial aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.

É relevante por trata-se de dinheiro público, que será gasto no aparelhamento da Autarquia. Mas também por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco

**OBJETIVO:** Avaliar a regularidade dos processos licitatórios.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Avaliação por amostragem da regularidade dos processos licitatórios realizados pela UJ, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação. Avaliar a aderência aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de

bens e na contratação de obras e serviços. O período objeto de análise é o exercício de 2015 e as Unidades Administrativas (PE, MG e AP).

**CRONOGRAMA:** 03/11 a 18/12 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 289 (duzentas e oitenta e nove) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação específica de procedimentos licitatórios em especial (Lei 8.666/93, IN 01/2010 e Portaria 2/2010- SLTI/MPOG e Decreto nº 5.940/2006).

**NÚMERO:** PVGA/4 – Pagamentos Contratuais

**AValiação SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Risco relativo à inobservância dos dispositivos da Lei nº 8.666/93, em especial aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.

É relevante por trata-se de dinheiro público, que será gasto no aparelhamento da Autarquia. Mas também por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco

**OBJETIVO:** comprovar a estrita observância das normas legais no pagamento dos valores contratados, verificando especialmente a existência de pagamentos sem a cobertura contratual.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;

d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Verificar se os pagamentos foram realizados com a cobertura de contrato formal ou outros instrumentos hábeis previsto no Caput do Art. 62 da Lei 8.666/93. Verificação do objeto a partir da análise da autenticidade da Nota fiscal quanto aos dados cadastrais do emitente, dados constantes da Nota fiscal, confirmação da autenticidade a partir de inspeções físicas nos estabelecimentos comerciais (se houver indicio de fraude).

O período objeto de análise será o exercício de 2014 e a Unidade Administrativa (DNPM/SEDE).

**CRONOGRAMA:** 20/01 a 27/02 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação específica de procedimentos licitatórios, em especial (Lei 8.666/93 e Lei 8.846/94).

**NÚMERO:** PVGA/5 – Inventário Físico/Financeiro

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Risco relacionado à fraqueza dos procedimentos adotados e seus respectivos controles possibilitando a ocorrências de situações como a inexistência de inventários dos bens móveis e imóveis da Autarquia.

É relevante por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco

**OBJETIVO:** Verificar se o inventário dos bens patrimoniais foi realizado e se atende aos normativos legais.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Verificar os procedimentos relativos à realização do inventário anual; verificar a conformidade dos bens inventariados e a tempestividade do inventário, verificar a documentação relativa às aquisições, movimentação, doações e baixas. O período objeto de análise será exercício de 2014/2015 e a Unidade Administrativa (Sede-DNPM).

**CRONOGRAMA:** 17/07 a 30/08 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação aplicável (IN SEDAP205/88, Lei 9.636/98, Decreto 99.741/90).

**NÚMERO:** PVGA/6 – Remuneração, Benefícios e Vantagens.

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Risco relacionado à estrita observância da Lei nº 8.112/90 e legislação complementar, bem como orientações e normativos da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

É relevante porque o pagamento em desacordo com a legislação acarreta prejuízo ao erário público. Mas também, por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco

**OBJETIVO:** Avaliar a observância da legislação, nos procedimentos relativos à remuneração, benefícios e vantagens.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as

vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Avaliação por amostragem da folha de pagamento do universo dos servidores ativos, avaliando se houve estrita observância da Lei nº 8.112/90, no dispêndio dos valores pagos a título de remuneração, benefícios e vantagens no exercício de 2015.

**CRONOGRAMA:** 01/06 a 16/07 de 2015.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Conhecimento da Lei 8.112/90 e normativos específicos da matéria, em especial os emanados pela SRH/MPOG.

**NÚMERO:** PVGA/7 – Gestão de Bens e Serviço de TI

**AVALIAÇÃO SUMÁRIA DO RISCO/ RELEVÂNCIA:** Os riscos estão diretamente relacionados à quantidade de serviços prestados no desenvolvimento de sistema para atender as áreas estratégicas da Autarquia.

É relevante por trata-se do cumprimento de obrigações legais e regimentais.

**ORIGEM DA DEMANDA:** Interna – Matriz de Risco

**OBJETIVO:** Avaliar a Gestão de Tecnologia da Informação.

**RESULTADOS:** O resultado das avaliações será apresentado em relatório de auditoria e as vulnerabilidades identificadas na execução do projeto poderão ser mitigadas com

recomendações de providências as Unidades Organizacionais do DNPM auditadas. As recomendações poderão conter propostas de:

- a) Reforma ou adoção de regulamentos;
- b) Fortalecimento dos procedimentos, sistematização e dos controles internos;
- c) Treinamento de pessoal;
- d) Outras.

**ESCOPO DE TRABALHO:** Avaliar a gestão de TI nos aspectos relacionados ao planejamento, perfil de recursos humanos e salvaguarda da informação. Avaliar também a adequabilidade ou não dos procedimentos adotados para a contratação e gestão de bens e serviço de TI; avaliar se houve aderências aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de material de Tecnologia da Informação. O período objeto de análise será o exercício de 2015 e a Unidade administrativa (DNPM/SEDE).

**CRONOGRAMA:** 01/12 a 31/12 de 2015

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Brasília – DF.

**RECURSOS HUMANOS:** 02 (dois) Auditores, 283 (duzentas e oitenta e três) horas a serem alocadas.

**CONHECIMENTOS REQUERIDOS:** Legislação Aplicável (Lei 8.666/93; Decreto 2.271/97; Decreto 3.505/2000; IN nº04/SLTI, 12/11/2010).

## **6. Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitação para Fortalecimento das Atividades de Auditoria Interna**

Em atendimento a necessidade de atualizações constantes da equipe técnica que atua na Unidade de Auditoria Interna, está prevista para o exercício de 2015 a participação desses servidores em eventos e atividades de treinamento ou capacitação profissional promovido pela Escola de Administração Fazendária-ESAF e pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, nas modalidades presenciais e/ou à distância.



Estimam-se em 80 (oitenta) horas o total de treinamento por servidor lotado na Auditoria Interna do DNPM, atualmente há seis Auditores/Técnicos (incluindo o Auditor – Chefe) e dois Técnicos Administrativos envolvidos nos trabalhos de auditoria.

As ações de desenvolvimento e capacitação da equipe de Auditoria se darão por intermédio de participação em cursos/seminários, cujos principais temas são os detalhados a seguir.

### 6.1 Detalhamento das Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitação

Ações desenvolvimento institucional/capacitação	Justificativas	H/H
Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas - ESAF.	O aperfeiçoamento nos temas relacionados aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira, e compras.	2/80
Procedimento para contratação e gestão de bens e serviço de TI	A Auditoria em Tecnologia da informação na Administração Pública tem com objeto exercer a fiscalização sobre recursos de TI de um órgão/entidade observando a conformidade com a legislação e as normas aplicadas e/ou sua eficiência, economicidade e efetividade. Podendo ser uma avaliação de conformidade e/ ou focada na avaliação dos critérios de aplicação de recursos baseada nos custos benefícios. Para tanto é necessário o conhecimento acerca das contratações de bens e serviço em TI.	3/105
SIAFI Operacional e Gerencial	Possibilitar a elaboração de demonstrativos, por intermédio de relatórios sintéticos e analíticos das	2/80

	execuções orçamentária e financeiras. Possibilitando assim, o correto acompanhamento do cumprimento das metas previstas no PPA e LOA.	
Licitações e fiscalização de contratos administrativos.	O conhecimento sobre elaboração de editais e contratos administrativos possibilita ao auditor uma adequada avaliação dos princípios aplicados nas contratações. É necessário o saber fazer, para melhor detectar a correta, ou não, aplicação dos dispositivos legais.	2/80
Gestão de Convênios	O conhecimento da gestão e da legislação que regula a matéria, bem como, os procedimentos adotados, possibilita ao auditor a correta verificação da utilização dos recursos, quanto à conformidade ou não com os objetivos institucionais.	2/56
Gestão de Pessoas – Fundamentos e tendências e Sistema SIAPE.	O conhecimento da gestão e da legislação que regula a matéria, bem como, os procedimentos adotados, possibilita ao auditor a segurança na emissão de opinião acerca da conformidade ou não com os objetivos institucionais.	2/42
9º AUDITE AGÊNCIAS – Encontro das Auditorias Internas das Agências Reguladoras	Capacitação técnica/profissional e intercâmbio com outras auditorias internas.	3/37
<b>Total H/H - Treinamento</b>		<b>480</b>

## 6.2 Detalhamento das Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

<b>Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna</b>	
1.	<p><u>Redesenho Organizacional</u></p> <p>- Hoje a unidade de auditoria interna é composta pela Chefia de Auditoria e duas Divisões, a proposta é acrescentar a estrutura organizacional uma assessoria técnica para melhor atender as crescentes demandas do setor, para tanto, há a necessidade de uma gratificação de assessoria técnica.</p> <p>- Proposta de aumento no quadro de servidores lotados na Auditoria Interna. A partir do próximo concurso, uma previsão de ingresso de 9 (nove) servidores, sendo: 5 (cinco) Analistas e 4 (quatro) Técnicos.</p>
2.	<p><u>Revisão de Normativos Internos</u></p> <p>- Foram elaborados e estão em teste 04 (quatro) módulos (Planejamento, Auditorias, Relatório e Papéis de Trabalho), faltam ser elaborados 05 (cinco módulos) para a revisão e conclusão do Manual Técnico de Auditoria Interna.</p>
3.	<p><u>Aquisição de Softwares</u></p> <p>- Após a conclusão do manual técnico, com os procedimentos padronizados e as rotinas criadas. Iniciaremos o processo de aquisição e/ou de contratação para desenvolvimento de um sistema de auditoria.</p>

## 7. Composição das horas a serem alocadas

DESCRIÇÃO	HORAS
<b>Horas Líquidas vinculadas ao plano</b>	<b>5.155</b>
Chefia	650
Auditores	3.293

DESCRIÇÃO	HORAS
Técnico	1.212
<b>DETALHAMENTO DAS HORAS DISPONÍVEIS</b>	
<b>01 – Total de horas do quadro de servidores (incluindo chefias)</b>	
3 Auditores x 8 horas/dia x 248,5 dias úteis = 5.964	<b>9.940</b>
2 Técnicos Administrativos x 8 horas/dia x 248,5 dias úteis = 3.976	
<b>Horas reservadas para atendimento de solicitações especiais da Administração</b>	
1 auditor, 1 dia na semana, 52 semanas x 8 horas.	416
<b>Capacitação e Treinamento do Quadro Técnico</b>	
Conteúdo diverso 06 auditores/técnicos x 80 horas	480
<b>Férias e Licenças 22 dias úteis/ano</b>	
22 dias x 3 auditores x 8 horas/dia = 528	880
22 dias x 2 Técnico x 8 horas/dia = 352	
<b>Horas reservadas a apoio administrativo e apoio as ações de auditorias/fiscalizações</b>	
100% do tempo de 1 técnico, mais 30% do tempo de 1 técnico.	2.355
<b>Horas reservadas para ações de fortalecimento (elaboração e revisão do Manual de Auditoria do DNPM)</b>	
2 auditores x 3 horas x 52 semanas	312
<b>Reserva técnica de horas para outras análises</b>	
1 (auditor) x 49(dias) x 8 (horas/dia).	392

DESCRIÇÃO	HORAS
<b>Total de horas líquida</b>	<b>5.155</b>

## 8. Considerações Finais

O PAINT 2015 é um plano de ação, aderente a legislação aplicável e às orientações emanadas pelos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna com base nos riscos aferidos.

Contemplou além dos itens obrigatórios ao cumprimento das obrigações legais e regimentais, os trabalhos previstos para o exercício 2014 e que não puderam ser concluídos, agregando ao mesmo os principais projetos considerados de interesse para avaliação dos processos do DNPM segundo o grau de relevância e o risco envolvido para o conjunto das atividades.

O resultado das atividades de auditoria será levado ao conhecimento das chefias das unidades/áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, proposições e pendências farão parte do relatório de auditoria e do Resumo Executivo.

Ressaltando-se que o cronograma de execução de trabalhos não é fixo, podendo ao longo do exercício sofrer alterações (suprimido em parte ou dilatado), em função de fatores externos ou internos que venham a interferir ou influenciar sua execução.

Destaca-se que, para cada atividade/ação de auditoria discriminada no item detalhamento das ações de Auditoria, será elaborado plano de auditoria específico, que contemplará todos os elementos e requisitos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Os trabalhos serão executados de acordo com as normas de auditoria e procedimentos da Administração Pública Federal.

Brasília, de novembro de 2014.

À consideração do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral,  
nos termos do disposto na Instrução Normativa CGU/PR nº 07/2006.

Francisca Lima de Almeida

Auditora Chefe

Brasília, de novembro de 2014.

Aprovo o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2015.

Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa

Diretor-Geral